

## A QUESTÃO DE TERRAS NO CONTESTADO: DIVERSIDADE DE CONFLITOS E MOTIVAÇÕES

### THE AGRARIAN ISSUE IN THE CONTESTADO: DIVERSITY OF CONFLICTS AND MOTIVATIONS

### LA CUESTIÓN AGRARIA EM LO CONTESTADO: DIVERSIDAD DE CONFLICTOS Y MOTIVACIONES

Paulo Pinheiro Machado<sup>1</sup>

#### RESUMO

Este artigo reflete sobre o peso, a relevância e o momento da manifestação da questão agrária no movimento do Contestado, considerando a diversidade regional alcançada pela expansão do movimento sertanejo e as diferentes naturezas de conflitos agrários em curso antes e durante a Guerra do Contestado (1912-1916). Este estudo considera que a reunião do núcleo inicial do eixo de Taquaruçu até Caraguatá era formado por um grupo sertanejo criador do projeto das cidades santas, seguidores dos monges, mas não era uma região impactada com processos sérios de concentração fundiária. A questão agrária era mais pronunciada nas regiões de expansão do movimento, fora do núcleo inicial. Fica destacada a diversidade dos perfis sociais e dos conflitos locais na expansão do movimento para além de seu núcleo original.

**Palavras-Chave:** Guerra do Contestado. Questão Agrária. Movimento social do Contestado.

#### ABSTRACT

This article reflects about the intensity, relevance and timing of the manifestation of the agrarian question in the Contestado movement, considering the regional diversity achieved by the expansion of the peasant movement and the different natures of agrarian conflicts in progress before and during the Contestado War (1912-1916). This study considers that the meeting of the initial core of the axis from Taquaruçu to Caraguatá was formed by a peasant group that creator of the holy cities project, followers of the monks, but it was not a region impacted by serious processes of land concentration. The agrarian question was more pronounced in the regions of expansion of the movement, outside the initial nucleus. The diversity of a social profiles and local conflicts in the expansion of the movement beyond its original nucleus is highlighted.

**Keywords:** Contestado War. Agrarian Question. Contestado social movement.

---

<sup>1</sup>Doutor em História. Professor do Departamento de História da UFSC. Membro da coordenação do Grupo de Investigação sobre o Movimento do Contestado e integrante do INCT PROPRIETAS: História Social da Propriedade e dos Direitos de Acesso. Florianópolis. Santa Catarina. Brasil. E-mail: [paulo.pinheiro.machado@ufsc.br](mailto:paulo.pinheiro.machado@ufsc.br) ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4205-0455>

## RESUMEN

Este artículo reflexiona sobre el peso, relevancia y oportunidad de la manifestación de la cuestión agraria en el movimiento de Contestado, considerando la diversidad regional lograda por la expansión del movimiento campesino y las diferentes naturalezas de los conflictos agrarios en curso antes y durante la guerra (1912-1916). Este estudio considera que la reunión del núcleo inicial del eje de Taquaruçu a Caraguatá estuvo formada por un grupo campesino creador del proyecto de las ciudades santas, seguidores de los monjes, pero no fue una región impactada por procesos graves de concentración de tierras. La cuestión agraria fue más pronunciada en las regiones donde se expandió el movimiento, fuera del núcleo inicial. Se destaca la diversidad de perfiles sociales y conflictos locales en la expansión del movimiento más allá de su núcleo original.

**Palavras clave:** Guerra del Contestado. Cuestión Agraria. Movimiento social del Contestado.

**Como citar este artigo:** MACHADO, Paulo Pinheiro. A questão de terras no Contestado: diversidade de conflitos e motivações. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, v. 13, p. 608-626, 13 dez. 2023. Doi: <https://doi.org/10.24302/drd.v13.5013>.

**Artigo recebido em:** 08/09/2023

**Artigo aprovado em:** 01/11/2023

**Artigo publicado em:** 13/12/2023

## 1 INTRODUÇÃO

O movimento do Contestado, pelo fato de ter se expandido por um extenso território no planalto e meio-oeste catarinenses, ao longo de mais de quatro anos de guerra, possui uma longa literatura especializada que, de diferentes maneiras, sempre levantou a questão dos conflitos agrários como uma das razões ou causas para justificar o descontentamento social e a crise que se estabeleceu no território. É evidente que há outras motivações de força, como a militarização das divisas entre Paraná e Santa Catarina, os abusos praticados pelos Coronéis e demais representantes do poder local, além dos impactos das novas práticas implantadas pela *Brazil Railway* e pela *Lumber and Colonization Company*, considerando também a tradição do profetismo popular dos monges e a construção do projeto com características milenares. Entre os autores que apontam os problemas agrários como relevantes para o levante sertanejo, podemos indicar os militares (CARVALHO, 1915), PEIXOTO (1918 e 1995), ASSUMPCÃO (1917), SOARES (1931), os sociólogos VINHAS DE QUEIROZ (1966), MONTEIRO (1974) e a historiografia mais recente DIACON (1991), VALENTINI (1997), MACHADO (2004), CARVALHO (2002), RODRIGUES (2008), ESPIG (2012), TOMPOROSKI (2013) e MUCHALOVSKI (2018).

Importante ressaltar que também existe o “negacionismo agrário” no Contestado, algo que é muito forte na memória de políticos e grandes proprietários do planalto, que ficou cristalizado no livro de Walter Tenório Cavalcanti (1995), um pesquisador autodidata, antigo titular do Cartório de Curitiba, que chegou na cidade na década de 1920 e passou a anotar memórias sobre o evento. O autor se sustenta no argumento de historiadores do Instituto-Histórico Geográfico do Paraná, como Cecília Westphalen e Mário Marcondes de Albuquerque,

que procuraram apagar as causas sociais do conflito, atribuindo à insurgência sertaneja o resultado da exploração política externa em cima da ignorância da população rural, que era facilmente “fanatizada”. As terras existiam em abundância e eram disponíveis a todos. Neste livro, fundado em indícios e depoimentos de Curitibanos, em sua maioria de famílias de fazendeiros ligadas ao poder local, Cavalcanti conclui que o que ocorreu foi uma mistura de “fanatismo” com “banditismo” empreendida pelos sertanejos. O “fanatismo” para o autor é um conceito auto evidente, sem nenhuma reflexão sobre a linguagem e a cultura religiosa popular do planalto. Fica o registro. Como a questão da ampla relevância da luta pela terra está demonstrada em trabalhos clássicos estribados em abundante documentação, seguirei adiante.

A preocupação do presente estudo é distinguir não só as diferentes regiões agregadas ao conflito do Contestado, como também reestabelecer uma cronologia deste processo, já que não é um movimento que se inicia “acabado” e “completo”, mas é um processo crescente de transformação do próprio projeto sertanejo. É preciso superar noções “essencialistas”, como se o movimento do Contestado fosse igual e uniforme ao longo do período que vai do combate do Irani, em outubro de 1912 às últimas rendições, no início de 1916. A proposta deste artigo é levantar uma nova linha de investigação, considerando a heterogeneidade da formação social no território impactado pelo conflito e do peso da questão agrária em diferentes partes do Contestado. O conceito de território aqui levantado segue a definição de demarcação política, uma construção mental sócio-política humana em correspondência com um meio físico-material existente, conforme colocada por Milton Santos (1994).

No contexto da luta social empreendida nestas áreas, é importante salientar que vastas regiões do planalto meridional era uma espécie de “fundo de território” ou “fundo de fronteira”.<sup>2</sup> Ou seja, algumas partes já estavam ocupadas por Vilas, estradas e demais marcadores de presença capilar do aparelho de Estado. Outras regiões eram territórios ocupados por populações tradicionais, indígenas, caboclos e quilombolas, sem a presença constante de autoridades públicas e sendo locais alvo futuro da expansão de grandes fazendas de criação e outros empreendimentos imobiliários, como colônias para imigrantes europeus.

## 2 O IMPACTO DA ESTRADA DE FERRO:

Os primeiros cronistas militares chamaram a atenção para o problema da concentração fundiária, na tentativa de uma apreciação em maior profundidade sobre as razões do conflito. Entre os impactos da construção do ramal sul da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, executada pela *Southern Brazil Railway Company*, o tenente Herculano Teixeira d’Assumpção lembra que houve um processo de expulsão da população nacional das terras contíguas, que passaram a assentar colonos europeus. Herculano chama em destaque para um documento que é referenciado por toda a historiografia do Contestado. Trata-se do texto de um bilhete

---

<sup>2</sup> O conceito de “Fundo de Território” foi criado por Antônio Carlos Robert Moraes (2002) num importante debate sobre a relação histórica do Brasil na construção de seu espaço territorial. Ao contrário dos Estados Unidos, que teve uma paulatina e constante marcha para o Oeste, no Brasil o Oeste foi agregado ao espaço político nacional tendo dentro desta área vários “fundos de território”, verdadeiros bolsões não controlados pelo colonizador ou pelo Estado, como territórios indígenas e outros habitados por populações tradicionais. Fundos territoriais são áreas “ainda não devassadas pelo colonizador, de conhecimento incerto e, muitas vezes, apenas genericamente assinaladas na cartografia da época. Trata-se de ‘sertões’ das ‘fronteiras’, dos lugares ainda sob domínio da natureza e dos ‘naturais’”.(MORAES, 2002, p. 88).

supostamente encontrado no bolso de um sertanejo rebelde morto na Estação Calmon, em setembro de 1914:

‘Nós estava em Taquaruçu tratando da nossa devoção e não matava nem roubava, o Hermes mandou suas forças covardemente nos bombardear onde mataram mulheres e crianças, portanto o causante de tudo isso é o bandido do Hermes e portanto nós queremos a Lei de Deus que é a Monarquia. O Governo da República toca os filhos brasileiros dos *terrenos* que pertence à Nação e vende para o estrangeiro, nós agora estamo disposto a fazer prevalecer os nossos direito’ e ‘Nóis *não tem direitos de terras* tudo é pras gentes da Oropa’ (ASSUMPÇÃO, 1917, p. 246, grifo meu).

Não dispomos de mais informações sobre quem achou o bilhete, não há fotografia dele, não sabemos onde se encontra atualmente ou demais descrições específicas da materialidade desta suposta fonte. Há apenas a autoridade de Assumpção como militar que acompanhou a coluna sul, comandada pelo Tenente Coronel Estilac Leal, sob as ordens do General Fernando Setembrino de Carvalho, e que chegou em Curitiba três meses depois do evento de ataque em Calmon. A região de Calmon ficou sob vigilância da Coluna Oeste, comandada pelo Tenente Coronel Sócrates. Desta maneira, Assumpção menciona acontecimento que não presenciou, pois sua coluna não passou por Calmon (CARVALHO, 1915). No livro de Assumpção a transcrição do bilhete reproduz pontos centrais da linguagem rebelde. Fica a dúvida do porquê que um sertanejo rebelde sentiria a necessidade de conduzir em seu bolso, por escrito, as razões da ação de seu grupo.

A noção da Monarquia como “Lei de Deus” era uma referência recorrente no discurso rebelde, confirmada por muitas fontes. A ideia de que os sertanejos desejavam apenas “tratar de suas devoções” e de que sofreram ataques injustificados era compartilhada por grande parte da população do planalto. As acusações ao Presidente Hermes da Fonseca são plausíveis, já que as forças federais estavam envolvidas nos ataques às cidades santas desde dezembro de 1913. O segundo ataque à Taquaruçu, em 8 de fevereiro de 1914, resultou no massacre de grande número de mulheres e crianças, quando a força federal empregou 750 soldados sob o comando do Tenente Coronel Aleluia Pires. A presença de colonos de origem europeia era crescente ao longo da linha do rio do Peixe, sendo as estações cada vez mais transformadas em pequenos núcleos urbanos, além dos lotes coloniais adquiridos nas colônias formadas ao longo da linha. Portanto, apesar de dúvidas sobre a veracidade da fonte, as informações ali são plausíveis, o discurso é verossímil e a linguagem semelhante à praticada pelos sertanejos do planalto. O vale do rio do Peixe, ao longo de 380 km, sofreu um processo de expropriação de posseiros nacionais que é estudado por historiografia já referenciada.

A concessão inicial desta linha férrea que ligaria Itararé, em São Paulo a Santa Maria, no Rio Grande do Sul, foi definida pelo Decreto de 9 de novembro de 1889 ao engenheiro João Teixeira Soares. Previa que o governo central asseguraria a garantia de juros de 6% sobre o capital investido por um prazo de 30 anos, o pagamento por quilômetro construído e a concessão das terras devolutas laterais em até 30 km de cada margem da estrada. Na República, ainda no Governo Provisório de Deodoro, pelo Decreto n. 305, de 7/04/1890, esta concessão teve a redução de terras devolutas reduzidas para até 15 km de cada margem da estrada (numa média de 9 km), mantidos os pagamentos por quilômetro construído e a garantia de juros. Esta concessão foi adquirida por uma companhia francesa no início do século XX e, em 1907, foi comprada pela *Brazil Railway Company*, chefiada por Percival Farqhar (ESPIG, 2012). A companhia norte-americana concluiu a construção final da linha sul (entre Marcelino Ramos, RS e União da Vitória, PR) em dezembro de 1910.

É importante ressaltar que a concessão de terras públicas não era indistinta em todas as faixas laterais, elas seriam concedidas com a condição de formação de Colônias com imigrantes europeus, o que não acontecia em todo o trajeto. Portanto, ao longo da linha férrea, muitos sertanejos continuaram a viver na condição de posseiros em terras públicas. O domínio exclusivo e direto da concessão ferroviária era uma margem de 100 metros de cada lado na linha. Isto fica evidente na leitura da legislação e no estudo de Teixeira d'Abreu (1913).

### 3 QUESTÃO DE LIMITES:

Além do processo de expropriação fundiária ao longo dos ramais da Estrada de Ferro, os militares não esqueceram de apontar uma outra crise agrária no território. Por várias décadas, entre o final do século XIX e início do XX os territórios de jurisdição disputada entre Paraná e Santa Catarina foram alvo de grilagens praticadas por grandes fazendeiros que eram destacados membros do poder local e oficiais da Guarda Nacional do Paraná. Esta ação ocorreu sobre comunidades indígenas, posseiros e lavradores pobres destes territórios. A situação era particularmente agravada nas saliências do Timbó e de Três Barras, Rio Negro, Itaiópolis e Papanduva, território sob jurisdição provisória do Paraná, locais onde os Coronéis Artur de Paula, Fabrício Vieira, Bley Neto e Leocádio Pacheco registravam terras devolutas em seus nomes e expulsavam os posseiros existentes. Desta forma, havia um conflito agrário encapsulado na questão de limites. Na região de União da Vitória o Coronel Amazonas Marcondes, além de controlar a navegação fluvial no médio Iguaçu, era Intendente Municipal, grande proprietário e representante do município da Comissão de limites do Paraná, que recebia armas e recursos de Curitiba para manter homens em armas em suas incursões no Timbó. O Tenente Demerval Peixoto, em obra publicada pela primeira vez em 1918, denominando os sertanejos rebeldes como “jagunços”, descreve esta situação:

os jagunços queixam-se de que Artur de Paula e outros chefes políticos *tomaram as terras* que habitavam e agora lhes *impedem de recorrer às terras devolutas* do governo, por ter se apossado delas pessoas conhecidas e que tem facilidade de obter dos governos, grandes territórios nos dois Estados. (PEIXOTO, 1995, p. 156, grifo meu).

Mais recentemente os problemas agrários da região de Timbó foram estudados por Eloi Muchalovski, (2018) tendo como foco a divergência dos Estados até para a definição de uma jurisdição provisória. Era o Contestado do Contestado. As tensões sociais neste território provocaram as primeiras intervenções federais no Contestado, com a força do exército sendo destinada ao Timbó em 1906, depois do conflito entre o federalista Demétrio Ramos (riograndense que defendia a jurisdição de Santa Catarina neste território) contra a polícia paranaense. Segundo Muchalovski (2018, 108-158), as autoridades paranaenses impunham sua jurisdição a partir da apropriação territorial dos Coronéis.

No mapa a seguir, de divisão política de Santa Catarina em 1930, é possível se visualizar em cor verde os territórios anteriormente sob jurisdição do Paraná, que foram agregados a Santa Catarina mediante a assinatura do Acordo de Limites em 1916, executado em 1917. Ouro Verde foi o nome atribuído a Canoinhas em 1930. A saliência de Mafra e Itaiópolis, a cidade de Porto União e os municípios de Cruzeiro do Sul (atual Joaçaba) e Chapecó foram as regiões agregadas a Santa Catarina pelo Acordo (SANTA CATARINA, ATLAS ESCOLAR, 2005):



#### 4 O DOMÍNIO SOBRE OS ERVAIS

A privatização dos ervais era outra fonte de crise social no planalto. A atividade da coleta da erva mate era exercida, até o início do século XX, majoritariamente pela população pobre do planalto. Os ervateiros eram pequenos lavradores que, durante o inverno, suplementavam sua renda com a coleta e salpico da erva mate, que era vendida para comerciantes locais, ligados às casas exportadoras de São Francisco e Paranaguá. A partir da segunda década do século XX, antigas posturas municipais que garantiam uma exploração comunitária dos ervais nativos passam a ser suplantadas por uma nova legislação.

O processo de mudança na regulação legal da exploração dos recursos naturais extrativos ocorreu praticamente na mesma época nos três estados sulistas (GERHARDT, 2013, 106-144). A pretexto de preservação dos ervais, com alegações de que o crescimento da população que vivia do corte das ramagens aumentava exponencialmente, colocando em risco a capacidade de renovação natural dos ervais, uma legislação restritiva começou a ser publicada pelos estados. Como a Constituição de 1891 passava a gestão das terras públicas do governo central aos estados federados, a gestão dos ervais começou a ser alvo de regulação das Assembleias Legislativas, fortemente dominadas por grupos oligárquicos interessados no domínio destes territórios.

A Lei Estadual n. 700/1906, sancionada pelo Vice-Governador Abdon Batista (político ligado a casas comerciais exportadoras de Joinville), limitou a exploração dos ervais nativos em Santa Catarina aos períodos invernosos e estabeleceu 3 anos de pousio para a recuperação dos ervais, já que era crescente a população que colhia a erva, levando alguns ervais à decadência. Muitas pessoas julgaram o pousio de 3 anos como meta impossível de ser cumprida. Se o pousio de 3 anos não fosse respeitado, agentes do Estado e/ou dos Municípios poderiam multar os infratores em 10 mil réis por lote de 15 kg de erva colhida irregularmente (arts. 1 e 2) sendo que os indivíduos denunciante poderiam ficar com metade do valor apurado pelas multas. Medidas complementares de restrição poderiam ser definidas pelos municípios. No

Município de Canoinhas os ervais serão concedidos para a exploração exclusiva de comerciantes ligados ao Partido Republicano e à pessoa do chefe político local, o Major Manoel Thomaz Vieira (VINHAS DE QUEIROZ, 1966, 268), um negociante de erva mate.

Estava em marcha um processo de transformação dos ervateiros locais de sua condição original de trabalhadores autônomos, apenas subordinados ao capital comercial, em trabalhadores assalariados temporários, na medida que os ervais passam a ser administrados pelos primeiros estabelecimentos industriais. Nas próximas décadas o processo de industrialização do mate se completou, com a introdução de ervais cultivados e a generalização dos fornos modelo *barbaquá*, que apesar de garantir um melhor padrão de qualidade ao produto, necessitava de instalações com maiores investimentos, só acessíveis à comerciantes e capitalistas do planalto (MAFRA, 2008, 69-79). Segundo Maurício Vinhas de Queiroz, muitas das transformações no processo de produção da erva mate eram também imposições dos importadores da região platina, mas as mudanças institucionais partiram dos grupos oligárquicos locais. O comércio da erva mate foi o responsável pela formação das maiores fortunas de Santa Catarina e do Paraná no início do século XX (1966, 27).

## 5 CRIADORES CONTRA LAVRADORES: AGREGAÇÃO EM MARCHA

Nas regiões de mais antiga colonização, os criadores de gado e produtores de mulas ocuparam os campos nativos de cima da serra a partir do século XVIII. A apropriação dos campos nativos, já habitados pelo gado alçado remanescente das missões jesuítas, transformou este território numa fronteira de expansão agropastoril. A partir das Vilas de Lages, Curitiba, Campos Novos, União da Vitória e Palmas, formadas ao longo do antigo caminho das tropas, fazendeiros paulistas e rio-grandenses se estabeleceram no planalto, apropriando-se de parcelas significativas dos campos nativos. As matas, com forte presença de araucárias e ervais nativos, eram terras consideradas desinteressantes e baratas, frequentemente ocupadas por lavradores pobres, que faziam roças de subsistência e criavam pequenos animais. Com frequência os lavradores pobres faziam pequenas clareiras, para roças e invernadas o que, aos poucos, ia ampliando a oferta de campos (MACHADO, 2004, 105)

No inverno, quando as pastagens ficavam escassas e, frequentemente queimadas pelas geadas, o gado entrava em matas e faxinais em busca de pequenos pastos subsistentes, já que não existiam cercas. Estas invasões causavam conflito com pequenos lavradores. Muitos destes acabaram agregando-se aos pecuaristas, outros seguiam mais ao norte e mais a oeste, incursionando por territórios indígenas para preservar sua independência. Estes conflitos entre criadores e lavradores eram mais frequentes no sul e centro do município de Lages, em Campos Novos e no entorno da Vila de Curitiba. As regiões norte e oeste de Curitiba, oeste de Lages e norte de Campos Novos permaneciam no início do século XX como territórios povoados por pequenos lavradores pobres.

A Câmara Municipal de Lages procurou legislar a favor dos criadores, definindo um “direito” ao gado adentrar até 3 km nas matas, durante os invernos, com a Lei Municipal n. 114 de 6 de janeiro de 1904. Esta medida causou mais conflitos na região oeste de Lages, no distrito de São José do Cerrito, forte núcleo de pequenos lavradores que resistiam ao assédio dos criadores. Segundo o jornal *Região Serrana*:

Esta Lei motivou, na sua execução, não pequenas dúvidas entre lavradores e criadores, residentes no Cerrito, porque se aqueles estabeleciam roças abertas no interior das matas, estes deixavam o gado à solta, sob o fundamento de que eram consideradas terras para criar as que achavam-se situadas à margem das mesmas matas. A consequência era a invasão inevitável do gado pela mata e os danos e devastações das culturas, com grave prejuízo para o lavrador, reduzido a fazer uma diminuta colheita, senão ao prejuízo total naquele ano (23 fev. 1913).

Usualmente estas situações não eram reguladas por normas legais, sendo resolvidas no âmbito privado – pela força dos criadores e seus capangas - ou através de mediação do juiz da Comarca. A iniciativa de uma Lei municipal revela a importância pública do conflito e, apesar de ser francamente favorável aos criadores, sua execução sofreu resistência dos lavradores, tendo ganhado espaço no jornal do Partido Republicano local. No início do século XX, a presença de lavradores independentes em Lages, principalmente na região mais a oeste do município, era socialmente reconhecida, tendo muitos destes superado a condição de posseiros, regularizando sua situação fundiária (MACIEL, 2015).

Nas regiões de expansão da pecuária, é muito possível que vários casos de agregação de posseiros às grandes estâncias de criação não tenham sido documentados, mesmo assim as vezes aparecem rastros de declarações de desistência de direitos de posseiros, com assinaturas de terceiros à rogo, sem que os antigos moradores fossem ao menos indenizados pelas benfeitorias existentes. No Cartório de Curitiba, em 1883, no Livro de Atas e Registros, foi anotada uma “escritura particular de desistência” nestes termos:

Declaramos nós abaixo-assinados - Manoel Pires Cordeiro e minha mulher Ana Maria Alves, que tendo construído uma pequena casa onde temos residido, perto de um ano, no lugar denominado Monte Alegre, deste termo, por termos perto desta morada comprado umas capoeiras à José Maria Leite Prado, fomos chamados a juízo conciliatório nesta Vila por Francisco Zefferino de Mattos e sua mulher, para abrimos mão destas terras onde temos nossa casa, porque pertence a posse a eles e outros, e não a capoeira comprada por nós; a cuja conciliação não comparecemos e como hoje estamos informados e bem certos do direito do mesmo senhor Mattos e sua mulher e outros, aos terrenos onde temos nossa casa por fazer parte dos em que eles têm sua posse, mansa, pacífica, habitada há muitos anos, desistimos por isso desses terrenos por reconhecermos ser deles e prometemos nunca mais os perturbar, por nós e nossos herdeiros [...].

A localidade de Monte Alegre ficava a leste da Vila de Curitiba (atual município de São Cristóvão), a caminho da picada que estava sendo aberta em direção à Colônia de Blumenau. Francisco Zefferino Mattos era filho de Estácio Borges da Silva Mattos, criador, foi Deputado Provincial pelo Partido Conservador e possuía algumas fazendas próximas a Vila e ao Sul de Curitiba. A escritura citada não prevê qualquer forma de indenização pela casa e pelas benfeitorias realizadas por Manoel e Ana Maria. O não comparecimento do casal de posseiros (certamente pobres, pois só conseguiram adquirir uma capoeira, terreno “sujo” naquela época de pouco valor) na audiência de conciliação e a declaração posterior apresentada pelo interessado com terceiros assinando pelos posseiros - sem que isto tenha sido feito na presença do titular do cartório - sugere que estamos diante de um ato de expulsão de posseiros.

O que fica evidente nos episódios anteriormente relatados - e ao longo de cem anos de uma longa historiografia do Contestado - é a permanência da crise agrária no nascedouro do movimento sertanejo e do conflito. É uma espécie de consenso, presente nos textos dos

primeiros cronistas militares, até a historiografia mais recente. No entanto, se estudamos detidamente os diferentes contextos regionais, podemos visualizar uma situação *sui generis*.

## 6 O BERÇO E O EPICENTRO DO CONTESTADO:

As primeiras concentrações populacionais do movimento do Contestado não aconteceram nas áreas onde os conflitos agrários eram evidentes e documentados, como nas regiões anteriormente mencionadas: territórios disputados entre os Estados, região impactada pela construção da Estrada de Ferro, regiões ervateiras em vias de privatização e regiões de latifúndios pecuaristas. As regiões de Taquaruçu e Caraguatá eram majoritariamente formadas por matas e faxinais, ocupadas por uma população que possuía partes de terras de pequenas e médias dimensões. Tanto Taquaruçu como Caraguatá pertenciam ao município de Curitiba, Estado de Santa Catarina, não era território com jurisdição disputada com o Paraná. As entrevistas realizadas pelo Padre Thomas Pieters em 1973 e 1974 confirmam este perfil social dos moradores próximos a Taquaruçu, incluindo os bairros rurais de Butiá Verde, Bahia e Liberata. No início do século XX era um território indígena recém ocupado por famílias de lavradores e pequenos criadores provenientes do Paraná e do Rio Grande do Sul.<sup>33</sup> Enquanto Taquaruçu situava-se no cruzamento de caminhos entre oeste e leste do planalto, Caraguatá estava mais ao norte, em área de matas mais ermas e fechadas, um “fundo de território”, como refere Moraes (2002).

O movimento social do Contestado tem seu início efetivo a partir de dezembro de 1913, quando se forma a “cidade santa” de Taquaruçu a partir da divulgação dos sonhos de Teodora, uma menina de 11 anos, neta dos velhos Eusébio Ferreira dos Santos e Querubina dos Santos, pessoas muito influentes sobre esta comunidade e seus arredores. No ano anterior, em agosto de 1912, o monge José Maria tinha aparecido nesta localidade a convite de Eusébio e outros festeiros como Chico Ventura e Praxedes Gomes Damasceno. Após a festa, a concentração de pessoas que procuravam o monge em busca de curas e conselhos continuou crescendo, fazendo com que o Superintendente Municipal de Curitiba, o Coronel Francisco Ferreira de Albuquerque, chamasse o Regimento de Segurança de Florianópolis, para dispersar a concentração de sertanejos, vista como “monárquica”, “fanática” e socialmente perigosa. Eusébio era um médio fazendeiro, proveniente do Paraná, instalou-se na região próxima a Taquaruçu na década de 1870. Francisco Paes de Farias, o Chico Ventura, possuía algumas terras de campos e matos em Taquaruçu e em sua propriedade aconteceu a festa de Bom Jesus em 1912 e foi edificada a cidade santa, em final de 1913 (MACHADO, 2004, 218).

Os sertanejos dispersaram antes da chegada da força policial e José Maria rumou para o oeste, para a região de Irani, então sob administração provisória do Paraná, com um pequeno grupo de seguidores. Entendendo que a presença de José Maria e seu grupo no Irani poderiam causar uma crise que justificasse o emprego do exército (e uma provável execução da Sentença de Limites de 1904, em favor de Santa Catarina) o Regimento de Segurança do Paraná rapidamente investiu sobre os sertanejos que seguiam o monge no Irani. No combate que ocorreu na manhã do dia 22 de outubro de 1912, morreram o monge, o Coronel comandante da polícia paranaense e mais um grupo de 21 soldados e sertanejos. Entre outubro de 1912 e

---

<sup>33</sup> Entrevistas do Padre Thomas Pieters com Firmino Gonçalves Pontes, Margarida Ribeiro, Aristiliano Dias, Benedito de Oliveira (Chato), Afonso Ribeiro, Joaquim Pereira Neto, Olívia Pereira Neto, Nelson Scholl e Valdir Rodrigues Mafra. Arquivo Particular de Ivone Gallo, Campinas, SP.

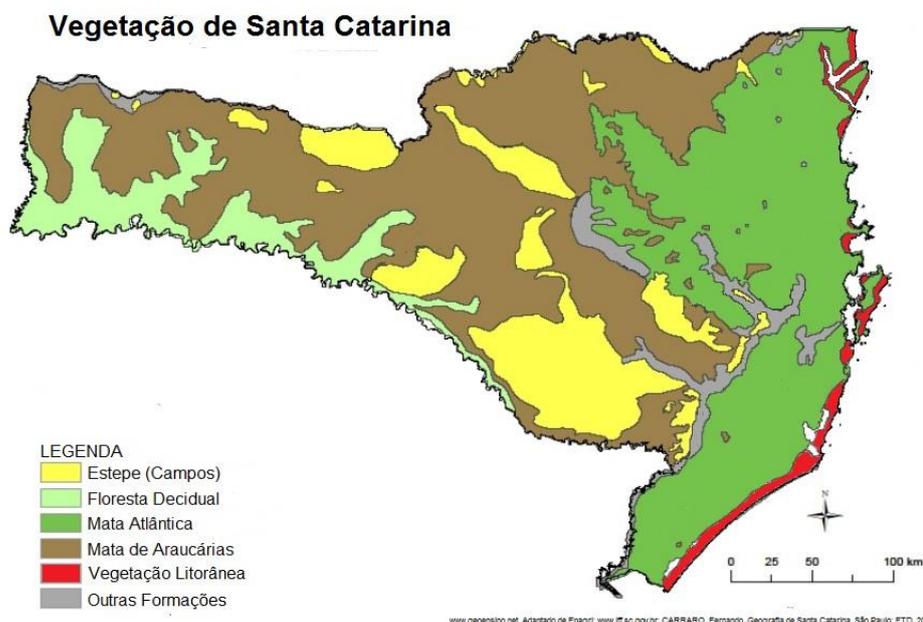
dezembro de 1913 reinou uma certa calma no planalto, tendo as autoridades militares concluído que o conflito do Contestado estava encerrado com a morte do monge José Maria no Irani e a consequente dispersão dos sertanejos que o seguiam (KUNRATH, 2020, 118-148).

Antes de 1912 Taquaruçu era apenas um bairro rural, com pequenos sítios e casas próximas, formado a partir da década de 1850, com o deslocamento de posseiros provenientes da Província de São Paulo. Relatos da década de 1890 mostram um bairro rural relativamente povoado (MACHADO, 2004, 87). O local era uma encruzilhada de caminhos: unia a região da Costa da Linha a oeste (o vale do rio do Peixe, onde foi construído o ramal sul da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande) à Vila de Curitiba, a sudoeste; ao mesmo tempo unia a região de Campos Novos, no sul à Serra da Boa Esperança e o planalto norte (região de Canoinhas e dos rios que correm em direção ao Iguçu). Mas as distâncias eram significativas: Taquaruçu ficava a 36 km da Vila de Curitiba; a cidade santa ficava a 70 km de Campos Novos e a 50 km da estrada de ferro. O povoado ficava na margem esquerda do rio Taquaruçu, que servia de divisa entre os municípios de Curitiba e Campos Novos. No início do século XX funcionava ali a casa de comércio de Praxedes Gomes Damasceno, que era um representante da Casa Hoepcke, de Florianópolis. Praxedes foi um dos festeiros a receber o monge José Maria em 1912, depois acompanhou o curandeiro até seu destino derradeiro, no Irani. Mas em 1913, Praxedes não queria participar da nova reunião em Taquaruçu.

Tudo indica que a acusação de “monarquismo” imposta aos sertanejos não surtiu muito efeito na Capital do Estado. O que preocupou o Governador Vidal Ramos foi a “obstinação” e a falta de obediência ao governo, que deveria restabelecer sua autoridade no território (SANTA CATARINA, 1914, 97). A historiografia atual tem considerado o “monarquismo” do primeiro Taquaruçu (1912) como superficial e residual, muito distinto do monarquismo depois da criação da cidade santa, a partir de dezembro de 1913. O período de aparente calma, entre o combate do Irani e a formação do segundo Taquaruçu, foi denominado como época de “reelaboração mística” (VINHAS DE QUEIROZ, 1966, 102-105) ou de “reencantamento do mundo” (MONTEIRO, 1974, 103-126). Foi o momento de elaboração do projeto milenar das cidades santas.

A nova reunião em torno de Teodora, em dezembro de 1913 é qualitativamente diferente da primeira concentração de Taquaruçu, da festa de Bom Jesus, ocorrida no ano anterior. Agora não se tratava de uma festa passageira, nem de busca de tratamento por um curandeiro. A segunda Taquaruçu passou a ser chamada de cidade santa por seus moradores, que mobilizaram seguidores do monge desta região e das vizinhanças. Os relatos de Frei Rogério Neuhaus, de moradores sobreviventes da região e de militares apontam a formação de um povoado de aproximadamente 300 habitantes.

No mapa abaixo, que apresenta a vegetação natural de Santa Catarina, podemos vislumbrar como o planalto sul (Lages, Campos Novos, sul de Curitiba) possui maior quantidade de campos naturais, enquanto as regiões do planalto central e norte, são de maior presença de matas (CARRARO, F. EPAGRI, 2018):



Os habitantes da cidade santa de Taquaruçu eram majoritariamente provenientes do norte do município de Curitibaanos e nordeste do município de Campos Novos. Além da atuação de Teodora, que depois é substituída pelos jovens videntes Manoel e Joaquim, as lideranças adultas do reduto sertanejo são os velhos Eusébio e Querubina, o pequeno fazendeiro e tropeiro Francisco Paes de Farias (Chico Ventura) e Cirino de Oliveira (Cirino Chato). Consta que Eusébio veio de Perdizes com sua família e alguns vizinhos e se estabeleceu no sítio pertencente a Chico Ventura, em Taquaruçu.

Na cidadela os sertanejos foram construindo práticas sociais e instituições próprias. Como a reunião em torno dos relatos dos sonhos das crianças videntes era um movimento de espera pelo retorno, concreto ou figurativo, de José Maria, os sertanejos passaram a construir uma irmandade de seguidores, que deveriam respeitar as “Leis de Deus”, vivendo uma partilha em comum dos recursos de subsistência, o que chamavam de “monarquia celeste”. Cotidianamente a população se reunia em *formas*, tal como militares, com grupos separados de homens, mulheres e crianças. Nestes momentos a população praticava rezas, distribuía tarefas e declamava proclamações de “vivas” a São João Maria, a São Sebastião, à Monarquia.

Taquaruçu deste momento não era uma reunião de lavradores sem terras em torno de virgens e rezas. Era um processo mais complexo de formação de uma comunidade de agricultores e pequenos criadores que abandonaram seus sítios de origem para viver a nova experiência. Evidências de que havia em Taquaruçu gente que tinha sido expropriada no vale do rio do Peixe não tem sustentação concreta, ou não parece ser numericamente relevante e pode ter sido criada a posteriori, como uma explicação pós-guerra para tentar entender o crescimento e expansão do movimento. Outra instituição criada é a guarda especial dos Pares de França, ou Pares de São Sebastião, um grupo de sertanejos mais experientes no manejo de armas brancas, e ao mesmo tempo conhecedores da vida e dos conselhos de São João Maria, a

que chamavam de “Santa Religião”. Vários deles eram tropeiros e veteranos da Guerra Federalista de 1893-95<sup>4</sup>.

Neste território do norte de Curitiba é cabível, em parte, a tese de Walter Tenório Cavalcanti, de que os sertanejos possuíam terras. O que não é cabível é sua desqualificação do projeto milenar elaborado em Taquaruçu, que ele caracteriza como “fanatismo” (1995).

Há inclusive uma personagem lendária, tudo indica que criada pela memória mais recente, de uma moça que comandou a resistência ao segundo e derradeiro ataque do exército a Taquaruçu, em 8 de fevereiro de 1914. Trata-se de Francisca Roberta, também chamada de Chica Pelega, que teria migrado junto com sua família do vale do rio do Peixe, de onde teriam sido expulsos pela ferrovia, para a cidade santa liderada pelos netos e filhos de Eusébio e Querubina (RODRIGUES e OUTROS, 2023, 443-444). Consta que Chica tentou proteger as crianças do reduto, levando-as para dentro da igreja local, para fugir do bombardeio do exército. No entanto uma bomba disparada por morteiro atingiu a igreja matando todos os ocupantes com um grande incêndio. Não há registros de Chica Pelega nas fontes da época (militares, judiciárias, de imprensa) nem na memória dos sobreviventes consultados nos anos 1950, 1960 e 1970 por Vinhas de Queiroz, Douglas Teixeira Monteiro e Thomas Pieters. Tudo indica que Chica Pelega seja uma elaboração popular a partir da década de 1980, sendo um rosto para representar as mais de 200 mulheres que estavam em Taquaruçu no segundo ataque.

Em janeiro de 1914, antes do segundo ataque a Taquaruçu, a maior parte dos homens são deslocados para a construção de um novo reduto 40 km mais ao norte, com matas mais fechadas, imaginando uma fuga das forças oficiais para que pudessem viver em paz. Era a nova cidade santa de Caraguatá, para onde tinha rumado Eusébio, Querubina e suas crianças videntes. Na história do campesinato brasileiro as fugas para lugares ermos são recorrentes formas de resistência e afirmação de autonomia, desde as lutas quilombolas, às fugas do recrutamento militar compulsório e outras formas de esquiva do poder do Estado e dos Coronéis. Permaneceram em Taquaruçu um grupo grande de mulheres, crianças e velhos que deveriam rumar para a nova cidade quando ela estivesse pronta, sob a liderança do menino Linhares, de 10 anos e um conselho de pretos velhos (VINHAS DE QUEIROZ, 1966, 118-125). Mas em Caraguatá a autoridade de Eusébio declinou. Quem assume o comando é a virgem Maria Rosa, uma moça de 14 anos que dispensava os conselhos dos velhos e tinha o comando direto sobre os sertanejos. A ascensão de Maria Rosa revela uma crescente militarização dos sertanejos, atraindo indivíduos de outras regiões, assuntando por apoiadores fora do eixo Taquaruçu-Caraguatá.

A cidade santa de Caraguatá tinha uma dimensão muito maior que Taquaruçu, atingindo a população de 2 mil moradores. O massacre de Taquaruçu provocou indignação de muitos habitantes do planalto, que procuraram se unir aos primeiros devotos de José Maria. Ali se reuniram os habitantes provenientes do antigo reduto e outras regiões do Distrito de São Sebastião, na parte norte de Curitiba até a Serra da Esperança, que é um divisor de águas das bacias do Canoas e do Iguaçu. O antigo Juiz de Paz e Capitão da Guarda Nacional, Elias Antônio de Moraes e sua esposa Adulcia aderiram ao reduto levando filhos, netos e vizinhos.

---

<sup>4</sup> Há controvérsias quando se formou a unidade dos Pares de França ou Pares de São Sebastião. Para Vinhas de Queiroz os Pares de França estavam presentes em 1912 no Irani. Para Euclides Felipe (1995) os Pares de França só se formaram a partir de dezembro de 1913, no segundo Taquaruçu. O importante a se considerar é que nunca houve um número preciso de Pares. Vários relatos sustentam que no reduto de Santa Maria, em março de 1915, os Pares eram mais de 120 combatentes.

Por conta de crises políticas internas na Vila de Curitiba, há a adesão à Caraguatá de alguns moradores de origem urbana, como a família Sampaio, o fabricante de gasosas Paulino Pereira e demais opositores políticos do Coronel Albuquerque, chefe político do município. Mesmo com este crescimento, Caraguatá era uma cidade santa com predomínio de lavradores e pequenos criadores.

Em 9 de março de 1914 ocorre o ataque do exército à Caraguatá, com uma expedição de mais de 900 soldados. Os sertanejos saíram vitoriosos, mas como sabiam que os militares provavelmente fariam uma nova investida e, ocorrendo uma epidemia de tifo no início do mês de maio de 1914, Maria Rosa decide por comandar uma migração mais ao norte, para matas além da Serra da Esperança, para as regiões de Caçador Grande e Bom Sossego, bem próximo da região sob jurisdição provisória do Paraná.

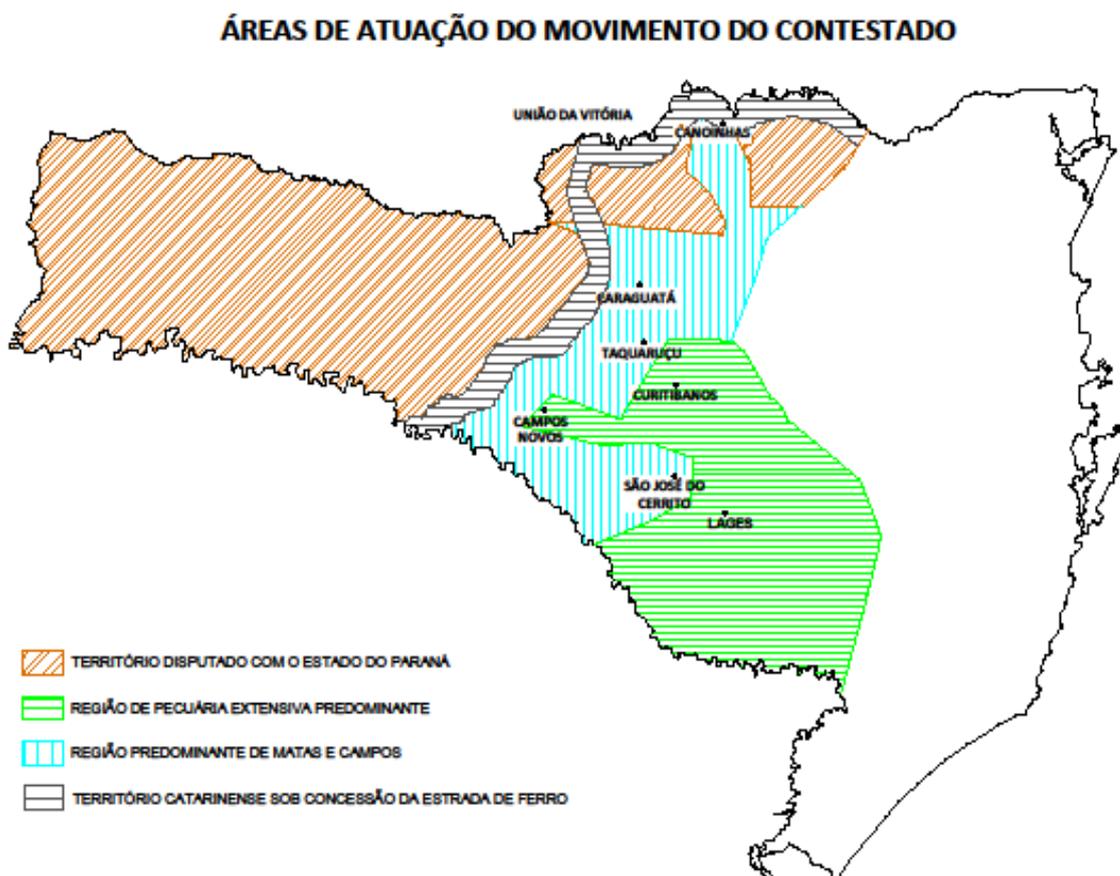
Nos meses de maio e junho de 1914, nova expedição do exército, desta vez com 1.500 soldados sob o comando do General Mesquita, veterano de Canudos, investem sobre o antigo território de Caraguatá e trocam tiros com a Guarda de Santo Antônio, que os militares consideraram um “reduto fanático”.<sup>5</sup> Depois deste combate, Mesquita recolhe suas forças ao Rio Grande do Sul, queixando-se da falta de orçamento e da especulação dos comerciantes das estações da Estrada de Ferro. O General deixa apenas uma unidade do Batalhão de Infantaria, comandado pelo Capitão Matos Costa, para cuidar do trânsito regular na Estrada de Ferro informando ao Ministro da Guerra que o exército “não era Capitão do Mato” e que os problemas dos sertanejos deveriam ser resolvidos pelos governos e polícias locais.<sup>6</sup>

A principal medida dos sertanejos de proteção contra a expedição Mesquita foi sua arte de dispersão e migração, para o deslocamento novamente mais ao norte e para regiões mais ermas onde se construíram as cidades santas de Bom Sossego e Caçador Grande. Os fracassos das investidas oficiais à Caraguatá e da expedição Mesquita, ao mesmo tempo que atemorizavam às populações locais pela crescente militarização do planalto, influenciaram no crescimento do movimento e numa espécie de crença na invencibilidade dos seguidores de José Maria. O massacre de Taquaruçu era uma exceção, que comprovava a covardia e violência desmedida dos pica-paus. No segundo semestre do ano de 1914 há uma importante mudança no movimento sertanejo. Se antes as cidades santas eram de pequenas à médias, compostas por seguidores mais devotos dos monges, agora o movimento tende a crescer e passar para o recrutamento compulsório da população do planalto. Transformações grandes ocorreram no movimento entre junho e julho deste ano. A liderança de Maria Rosa declinou e ascendeu ao poder, como comandante geral de todos os redutos, Francisco Alonso de Souza, o Chiquinho Alonso, um jovem tropeiro e lavrador, com família espalhada pelo rio Timbó, que corre para o vale do Iguazu. Com Alonso os sertanejos pararam de fugir e se defender, como vinham fazendo desde 1912. Em julho de 1914 o movimento sertanejo se espraia para outros territórios, estes sim, fortemente impactados pelas diferentes crises agrárias anteriormente apontadas.

<sup>5</sup> As guardas eram pequenas fortificações com algumas casas e lavouras que tinham como objetivo servir de ponto de vigilância para as cidades santas.

<sup>6</sup> Estas informações sobre o encerramento da expedição do General Mesquita estão no “Apêndice ao relatório do general Carlos Frederico de Mesquita e cujo conteúdo deixou de figurar no referido relatório por motivos de ordem particular”, 28/5/1914. Correspondência de autoridades militares dirigida ao presidente do Rio Grande do Sul, maço 01, lata 203. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

No mapa seguinte, é possível uma visualização mais precisa das áreas/biomas de atuação e espaços peculiares no território atingido pelo movimento do Contestado:



Mapa confeccionado por Carla Marcon (2023)

## 7 A OFENSIVA REBELDE GENERALIZADA

Desde março de 1914, com a liderança de Maria Rosa em Caraguatá, começaram os primeiros contatos com sertanejos de outras regiões do planalto. A tradição do monge João Maria, a cultura de influência platina do antigo caminho das tropas e o desejo de setores sociais de outras regiões de lutar contra os Coronéis e seus desmandos locais foram ampliando o movimento para além das divisas de Curitibaanos, agregando a parte norte de Campos Novos, o oeste e o sul de Lages, a tomada da Vila de Curitibaanos e, ao norte, com a investida rebelde surpreendente sobre Canoinhas e a saliência paranaense de Três Barras, Rio Negro, Itaiópolis e Papanduva. Desta forma, o núcleo original formado por lavradores das regiões de matas e campos de Curitibaanos, foi agregando peões das regiões pecuaristas do planalto sul, além de antigos federalistas que viam esta insurgência como parte de um grande movimento maragato.

Em Canoinhas, a oposição política ao Superintendente Municipal, o Major Thomás Vieira, foi formada pelo ex-promotor público e professor Antônio Tavares de Souza Júnior, pelo antigo maragato, comerciante e Capitão da Guarda Nacional, Aleixo Gonçalves de Lima e pelo Subdelegado da região do rio Paciência, Bonifácio Papudo, que abandonou o governo e

se passou para o lado rebelde com 200 homens em armas. Aleixo liderou mais de mil homens em armas nas regiões de Colônia Vieira e interior dos municípios paranaenses de Três Barras, Rio Negro, Itaiópolis e Papanduva. Houve uma confluência de problemas locais, agravados pela não resolução da questão de limites que fez com que os sertanejos do norte adotassem a linguagem de Taquaruçu e todas as suas instituições locais (incluindo formas, Pares de França, práticas de rezas ligadas à Santa Religião). Bonifácio Papudo, para atender às necessidades de seus liderados, encomendava a uma imigrante ucraniana, que não morava no reduto, rezas escritas em pequenos pedaços de papel para que seus combatentes pudessem ter os “corpos fechados”. Tavares, um conhecido republicano, organizava formas e dava brados de “Viva a Monarquia” dentro de seu reduto (MACHADO, 2004, 254). Isto não era feito como uma forma de fraude, mas como um reconhecimento das demandas dos sertanejos locais, conscientemente alinhados com a linguagem e a visão de mundo de Taquaruçu. O levante em Canoinhas ocorreu em 14 de julho de 1914, tendo os rebeldes tomado a parte alta da Vila e iniciado o tiroteio com o restante, mantendo esta fuzilaria até o mês de dezembro. Os rebeldes pediam a queda do Major Vieira e o cumprimento da sentença de limites. O grupo de Aleixo tomou, nos meses de agosto e setembro de 1914, as Vilas de Itaiópolis e Papanduva. Investiu sobre a serraria da Lumber em Três Barras, mas os piquetes da madeireira resistiram ao ataque.

Os problemas agrários locais eram agravados pela questão de limites, que cercava a leste e oeste do município de Canoinhas. Aleixo, Tavares e Papudo passaram a inserir, nas fitas dos chapéus que os sertanejos portavam uma frase que inscrevia o movimento em uma espécie de acréscimo de pauta institucional. A frase escrita nas fitas era “Pelo cumprimento da Sentença de Limites!”. Para Tavares, os caboclos do planalto norte, pequenos agricultores e ervateiros não podiam mais trabalhar na região “os seus ervais outrora zelados e produtivos, hoje abandonados, o matagal matando, a criação morrendo à mingua, as suas roças abandonadas às criações dos protegidos do Paraná”<sup>7</sup>.

A expansão rebelde também se destinou ao oeste, para o vale do rio do Peixe. Ali, no início do mês de setembro, várias estações da estrada de ferro foram atacadas e destruídas, como Calmon e São João, local onde morreu o Capitão Matos Costa e muitos outros soldados. A serraria da Lumber de Calmon foi destruída e incendiada pelos sertanejos. Este é o contexto do famoso bilhete no bolso do sertanejo relatado no início deste artigo. A região era parte do território concedido à estrada de ferro para a formação de Colônias de imigrantes europeus. A Estação Rio das Antas era um destes pontos. Em 1º de novembro de 1914 o chefe rebelde Chiquinho Alonso comandou um ataque a Rio das Antas avisando, com 1 mês de antecedência, que os caboclos iam para lá “retomar suas terras” (ESPIG, 2019, 98).

O movimento mais forte partiu do terceiro Taquaruçu<sup>8</sup>, em setembro de 1914, quando uma grande coluna rebelde investiu sobre Curitiba, tomando a Vila por uma semana e, em outubro, rumando para Lages com o objetivo de derrubar do poder a família Ramos. Em Curitiba os alvos de ataque foram os prédios públicos, entre eles o telégrafo, a Delegacia de Polícia, a Coletoria de Impostos, a documentação do Cartório, o Jornal “O Trabalho”, do Coronel Albuquerque e imóveis de seus apoiadores. Em Lages os rebeldes tentam acumular forças, tomando áreas do oeste e sul do município onde havia forte presença de lavradores,

<sup>7</sup> Texto sem título, escrito a mão em 1921 por Antônio Tavares de Souza Júnior. p. 5. Arquivo Particular de Ayurê Tavares.

<sup>8</sup> Após o massacre de fevereiro, a cidade santa de Taquaruçu foi reconstruída no mesmo local pelos sertanejos entre julho e agosto de 1914, sendo uma base de concentração da oposição política do Coronel Albuquerque, de Curitiba (MACHADO, 2004, 268).



Os sertanejos rebeldes pensaram a terra e o território como espaços de liberdade. Adeodato procurou levar o povo de todas as cidades santas para um ponto inexpugnável, um sertão fechado de matas guardado por duas gargantas de acesso que foram defendidas. A coluna sul da expedição do exército, chefiada pelo Tenente Coronel Estilac Leal, era o maior contingente federal, chegando a 2.500 soldados, por quatro meses tentou furar a garganta sul de Santa Maria, sem sucesso, até que a expedição sangrenta do Capitão Tertuliano Potiguara, vindo do norte, atingiu o enorme reduto sertanejo, estimado em 5 mil casas e mais de 20 mil habitantes (RODRIGUES, 2008, 277).

Apesar das dificuldades crescentes e do cerco fechado imposto pelas tropas federais, os sertanejos resistiram por mais um ano, até a virada para 1916.

## 8 CONCLUSÃO

O movimento do Contestado, pelo que foi possível apresentar sumariamente neste artigo, foi uma constelação de conflitos que se unificaram com a expansão do grupo rebelde originário de Taquaruçu. A linguagem milenar e o projeto comunitário, forjados na primeira cidade santa, foram espécies de cimentos agregadores levando ao envolvimento de diferentes regiões, ocorrendo uma simbiose de suas particularidades, provenientes de conflitos sociais de formações sociais diferenciadas, que se uniram à linguagem geral da Santa Religião e da visão milenar dos sertanejos. Ao longo da luta de resistência empreendida pelos sertanejos, seu manejo do território, sua capacidade de agregação de regiões próximas e sua arte de circular entre as regiões mais conhecidas aos sertões mais ermos, explicam o longo período cronológico do conflito e as dificuldades para o aparelho de Estado impor sua autoridade.

Os conflitos agrários, principalmente motivados pela resistência a formas de expropriação de lavradores e ervateiros, eram fortes ao sul, na região de pecuária, ao oeste, na linha da estrada de ferro e ao norte, em Canoinhas e nas regiões de disputa de jurisdição com o Paraná, mas não eram relevantes em Taquaruçu. O envolvimento desta comunidade no conflito deve seguir uma investigação em camadas mais profundas da cultura popular local e sua relação com o Coronelismo. O fenômeno de características milenares precisa ser investigado no âmbito da tradição popular do planalto, incluindo o estudo de práticas de cura e formas de religiosidade popular mestiças, presentes no Contestado e em várias regiões do interior do Brasil.

## REFERÊNCIAS

ASSUMPCÃO, José Herculano Teixeira d'. **A Campanha do Contestado**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1917. 2 v.

CARVALHO, Fernando Setembrino de. **Relatório apresentado ao Gen. José Caetano de Faria, Ministro da Guerra, pelo comandante das forças em operações de guerra no Contestado**. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1915.

CARVALHO, Tarcísio Motta de. **'Nós não tem direito'**: costume e direito a terra no Contestado. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2002.

CAVALCANTI, Walter Tenório. **Guerra do Contestado**: verdade histórica. Florianópolis: Ed. UFSC, 1995.

D'ABREU, Cons. Teixeira. **Das terras devolutas concedidas à estrada de ferro S. Paulo – Rio Grande**: exposição dos direitos e obrigações da companhia. São Paulo: Casa Vanorden, 1913.

DIACON, Todd A. **Millenarian vision, capitalist reality**: Brazil's Contestado rebellion, 1912-1916. Durham: Duke University Press, 1991;

ESPIG, Márcia J. **Personagens do Contestado**: os turmeiros da EFSPRG. Pelotas: Ed. UFPel, 2012.

ESPIG, Márcia J. O combate de Rio das Antas (novembro de 1914): algumas considerações iniciais. **Cadernos do CEOM**, v. 32, n. 50, 2019.

FELIPE, Euclides José. **O último jagunço**. O folclore na história da Guerra do Contestado. Curitiba: UnC, 1995.

GERHARDT, Marcos. **História ambiental da erva mate**. 2013. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

KUNRATH, Gabriel Carvalho. **Não tivemos outro jeito. Ou morríamos ou nos defendíamos**. Uma análise acerca da Batalha do Irani (1912). 2020. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2020.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**: a formação e a atuação das chefias caboclas. Campinas: Ed. UNICAMP, 2004.

MACIEL, Janaína Neves. **Terra, direito e poder**: leis, trabalho e outras relações de sociabilidades no meio rural de Lages-SC no início da República. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2015.

MAFRA, Antonio Dias. **Aconteceu nos ervais**. A disputa territorial entre o Paraná e Santa Catarina pela exploração da erva mate no vale sul do rio Negro. 2008. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade do Contestado. Canoinhas, 2008.

MONTEIRO, Duglas Teixeira. **Os errantes do novo século**. São Paulo: Duas Cidades, 1974.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Território e história no Brasil**. São Paulo : Annablume/HUCITEC, 2002.

MUCHALOVSKI, Eloi Giovane. **A questão do Timbó e Canoinhas**: discursos e representações na imprensa do Paraná e Santa Catarina (1900-1908). 2018. Dissertação (Mestrado em História) - UNICENTRO, Irati, 2018.

PEIXOTO, Demerval. **A Campanha do Contestado**. Curitiba: Farol do Saber. 1995. [1ª. Ed. 1918]

QUEIROZ, Maurício Vinhas de. **Messianismo e conflito social**: a Guerra sertaneja do Contestado (1912-1916). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

RODRIGUES, Rogério Rosa *et al.* (orgs.) **A Guerra Santa do Contestado tintim por tintim**. São Paulo: Letra & Voz, 2023.

RODRIGUES, Rogério Rosa. **Veredas de um grande sertão**: a guerra do Contestado e a modernização do Exército Brasileiro. 2008. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.

SOARES, José Octaviano Pinto. **Guerra em sertões brasileiros**. Rio de Janeiro: Papelaria Velho, 1931.

SANTOS, Milton; SOUZA, M. A.; SILVEIRA, Maria Laura (orgs.) **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo: HUCITEC/Annablume, 1994.

SANTA CATARINA, **Synopse apresentada pelo Coronel Vidal José de Oliveira Ramos ao major João de Guimarães Pinho, presidente do Congresso Representativo do Estado, ao passar-lhe o governo, em 20 de julho de 1914**. Florianópolis: Gab. Typ. d'O Dia, 1914.

TOMPOROSKI, Alexandre Assis. **“O polvo e seus tentáculos”**: a *Southdern Brazil Lumber and Colonization* e as transformações impingidas ao Planalto Contestado, 1910-1940. 2013. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2013.

VALENTINI, Delmir José. **Da Cidade Santa à Corte Celeste**: Memórias de sertanejos e a Guerra do Contestado. 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 1997.